



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

NOVA LÓGICA CURRICULAR: A EXPERIÊNCIA DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM UMA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA PAULISTA

LAURA CRISTINA GOMES LIMA¹
HILDA MARIA GONÇALVES DA SILVA²

Resumo: O presente trabalho apresenta o resultado da dissertação de mestrado que aborda a experiência do processo de supervisão de estágio a partir da nova lógica curricular, através do estudo da estruturação do curso desde a sua criação, passando pela revisão do currículo mínimo e a construção do Projeto Político Pedagógico no início dos anos 2000, já pautado nessa nova lógica, compreendendo a organização da atividade do estágio a partir da mediação do exercício da supervisão e as contribuições das legislações que se referem ao processo do estágio supervisionado bem como a atribuição da supervisão.

Palavras-chave: Serviço Social; Formação Profissional; Supervisão de estágio; Diretrizes Curriculares; Política Nacional de Estágio.

Abstract: The present work presents the results of the Master's thesis, which deals with the experience of the process of supervising the internship from the new curricular logic, by studying the structure of the course from its creation, through the revision of the minimum curriculum and the construction of the project 2000s, which is already based on this new logic, including the organization of the internship activity of mediating the exercise of supervision and the contributions of legislation relating to the process of the supervised internship as well as the allocation of supervision.

Keywords: Social Service; Professional training; Training supervision; Curriculum Guidelines; National Training Policy.

1. INTRODUÇÃO

A formação e exercício profissional em Serviço Social são temáticas de destaque na profissão que se realiza e se constitui no âmbito da realidade social, pensar a sua organização na divisão sócio técnica do trabalho requer um olhar voltado para o contexto social e do modo de produção capitalista, para a compreensão de sua emergência e das possibilidades de intervenção neste espaço.

O estágio supervisionado é o lócus em que potencializará ao estagiário seu constructo profissional ao abranger neste momento a mediação entre o

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual Paulista. E-mail: <laura.ssgomes@yahoo.com.br>

² Professor com formação outras áreas. Universidade Estadual Paulista.

conhecimento constituído em seu percurso na graduação com a realidade institucional, que se concretizará nas possibilidades de intervenção diante das demandas apresentadas no cotidiano profissional.

Este trabalho objetiva realizar uma aproximação da experiência do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, localizada no município de Franca, interior do Estado de São Paulo. Para isso procedeu-se uma caracterização do curso desde a sua implantação até o período de 2016, o que abarcou as alterações no Projeto Político Pedagógico, acompanhando o desenvolvimento da formação profissional vislumbrado pela categoria de acordo com o Projeto Político Profissional pensando para a formação profissional uma nova lógica curricular e seus rebatimentos no processo da atividade do estágio supervisionado.

Para a construção da pesquisa e aproximação do objeto de estudo em sua totalidade, e conhecimento de sua estruturação no processo de formação profissional, em uma perspectiva qualitativa, realizou-se a pesquisa bibliográfica, que inicialmente se constituiu no levantamento de livros, dissertações, teses, periódicos e anais de congressos que retrataram o estágio e a supervisão e posteriormente a análise e estudo de referências da temática, reportando-nos as obras de Buriolla (1994), Oliveira (2003), Joazeiro (2009) e Lewgoy (2010).

Utilizou-se a pesquisa documental, que consistiu em consultas de documentos referentes ao curso de Serviço Social da Unesp, como estatutos, regimentos, decretos e projeto pedagógico, que elucidaram o processo de estruturação do curso, da organização do Conselho de Curso e da criação do Núcleo de Estágio em Serviço Social - NESS.

Realizou-se um estudo de documentos e de legislações referentes à formação profissional e ao estágio supervisionado, como as Diretrizes Curriculares de 1996, a Lei Federal nº 11.788 de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes em todo o território nacional, a Resolução CFESS nº 533 de 2008 que regulamenta a supervisão direta em Serviço Social e a Política Nacional de Estágio.

A pesquisa de campo teve como sujeitos os atores envolvidos com o estágio supervisionado tanto no planejamento, na execução, gestão e estudiosa que se debruça sobre a temática, quanto os sujeitos que estão envolvidos diretamente no processo do estágio supervisionado, os estagiários, supervisores de campo e acadêmicos, totalizando 32 sujeitos: Coordenador do Conselho de Curso de Serviço Social, Coordenador do NESS, 3 Supervisores Acadêmicos, 6 Supervisores de Campo, Estudiosa da temática da instituição de ensino e 20 estagiários – 10 do terceiro ano (5 do período diurno e 5 do período noturno) e também 10 do quarto ano distribuídos na mesma proporção.

Os dados foram coletados através da entrevista semiestruturada e seu registro se deu através do processo de gravação, mediante autorização prévia dos sujeitos e do aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

A interpretação dos dados coletados pelo processo de entrevista foi realizada pela análise de conteúdo, partindo da concepção dialética da realidade, considerando os aspectos do contexto econômico, político, social e histórico, com o objetivo de identificar através dos relatos os avanços e desafios da supervisão de estágio.

2. A trajetória histórica do curso de Serviço Social na Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

A implantação do curso de Serviço Social ocorreu no ano de 1977 e tinha por diretriz o currículo mínimo de 1970, aprovado pelo Conselho Federal de Educação – CFE nº 242/1970, que foi implantado em 1978, esse currículo era dividido em dois ciclos: básico e profissional.

O currículo pleno em vigor, nesse período, evidenciava a característica da profissão à época com a preocupação com a formação técnica, oferecendo metodologias para trabalhar com o Desenvolvimento de Caso, de Grupo e de Comunidade. No ano de 1979, foi composta uma comissão que tinha por objetivo estudar o currículo. O curso recebeu autorização do MEC pela Portaria MEC nº 693 de 15/12/1981. Esse primeiro currículo do curso não contou com a

contribuição dos professores em sua construção, uma vez que foi realizado por uma comissão designada pelo Reitor da UNESP.

O Conselho Federal de Educação (CFE) com a Resolução n. 6/1982 (apud COSAC, 2002, p. 12): “[...], fixa novos mínimos de conteúdo e duração dos Cursos, estabelecendo prazo máximo de dois anos, a partir da data de sua publicação, para que cada escola fizesse as adaptações curriculares necessárias.”

A Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), instituição que realizava a articulação entre as unidades de ensino apresentou ao Conselho Federal de Educação (CFE) um anteprojeto para a reformulação curricular dos cursos de Serviço Social. As modificações tiveram espaço a partir do pano de fundo político, econômico e social do país e através das reflexões realizadas no âmbito desse cenário pela ABESS e foram possíveis pela aproximação com a Teoria Social Crítica, graças aos profissionais críticos que se questionavam sobre a prática profissional, tais indagações proporcionaram o repensar profissional por meio do Movimento de Reconceituação deflagrado a partir de 1965.

O próprio agravamento do quadro conjuntural brasileiro ao longo da década de 60, demandando novas alternativas de prática, novas formas de aproximação à realidade, aliado à “existência de ideias revolucionárias”, foi determinando a ampliação dos espaços críticos da categoria e tornando dialético o ser social dos agentes profissionais, o que os levava a buscar a superação da simples imediatidade. (MARTINELLI, 2010, p. 145).

Destarte, fazia-se necessária essa revisão curricular do currículo mínimo de 1970, que culminou no currículo de 1982, que apresentou avanços no sentido de superar a ótica fragmentada proporcionada pelo currículo anterior que resultava em ações focalizadas e individualizadas com a metodologia do Serviço Social de Casos, próprio do Serviço Social Tradicional.

Em detrimento desse processo de reformulação e aprovação do currículo mínimo para o curso de Serviço Social, sob o Parecer n. 412 do CFE, em consonância com essas modificações, o curso de Serviço Social da UNESP-Franca realizou a primeira revisão do currículo, que é aprovado em 1983 e

implantado no ano seguinte através da Resolução n. 33 da UNESP, constituído de Ciclo básico, Ciclo profissional e de optativas.

A institucionalização de Conselhos de Curso de Graduação em 1989 foi significativa no processo de discussão e revisão do currículo, qualificando esse processo. Entre os anos de 1989 e 1991, foram realizadas avaliações que proporcionaram grandes avanços para o curso com o trabalho de um grupo de professores com o tema “O aluno de Serviço Social da UNESP – Campus de Franca: Formação e Integração ao Mercado de Trabalho”, com o objetivo de realizar um diagnóstico do curso.

A partir de então, caminhou-se de propostas curriculares para propostas pedagógicas, de acordo com cada momento histórico da realidade brasileira e a própria evolução da formação profissional do assistente social, enfatizando a preocupação em criar projetos pedagógicos e não apenas currículos. Percebe-se um esforço para superação da dicotomia teoria e prática, em busca do perfil de aluno que se pretende formar e em consonância com o Código de Ética da Profissão. A formação profissional passa a ser encarada como projeto coletivo do corpo docente, com participação ativa do corpo discente, sob articulação do Conselho de Curso de Graduação em Serviço Social. (COSAC, 2002, p. 15).

A segunda revisão ocorreu no ano de 1993 e foi implantada no ano de 1994, entre seus itens destaca-se o histórico do curso, a proposta pedagógica e os perfis dos professores e alunos, apresentando algumas modificações.

No mesmo período (1994), foi implantado na UNESP o Programa de Educação Tutorial que tem por objetivo proporcionar aos discentes integrantes do grupo atividades extracurriculares sob orientação de um professor tutor com a perspectiva de atuação coletiva, com enfoque no tripé universitário – Ensino – Pesquisa – Extensão.

Observam-se os avanços desse currículo oferecendo uma contribuição no conhecimento acerca da formação social, econômica e política do Brasil, o que oportuniza uma aproximação da raiz dos fenômenos e demandas apresentadas aos profissionais daquele período, o que apresenta a preocupação da categoria na compreensão da realidade em sua totalidade, com o objetivo de superar as intervenções com lastro conservador.

O currículo vigorou até 1999, desde essas revisões houve um processo de discussões realizado pelo colegiado do curso com vistas a avaliá-lo, após as

Diretrizes Curriculares de 1996, no ano de 1998 iniciou-se uma nova revisão e reestruturação curricular, resultando na construção do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social no ano de 1999 e sua implantação iniciou-se no ano 2000. Foi regulamentado através da Resolução n. 29 de 31/03/2000. Este Projeto Pedagógico passou por avaliação anualmente através dos Seminários de Revisão curricular, para repensá-lo com o intuito de reforçar o compromisso de contribuir com a formação de assistentes sociais qualificados.

Ressalta-se que, em 2015, iniciou-se a implantação de uma nova estrutura curricular, estabelecida através da Resolução n. 4 de 09/01/2015, porém para os limites desta pesquisa utilizou-se como referência o currículo que esteve em vigor até o ano de 2014.

O curso de Serviço Social da Unesp foi o único de natureza pública no Estado de São Paulo até o ano de 2009, quando a Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista passou a oferecer a graduação.

O curso de Serviço Social da Unesp foi direcionado pelo Projeto Pedagógico do curso 2000 até o ano de 2014, imbuído da nova lógica curricular das diretrizes curriculares de 1996. Foi elaborado diante do que preconizava a LDB, em que atribuía às universidades a responsabilidade por organizar seus projetos pedagógicos.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: [...] II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; (BRASIL, 1996).

A necessidade de sua reestruturação pôde ser constatada a partir das atividades avaliativas do projeto curricular, através de reuniões sistemáticas envolvendo o corpo docente, os discentes e supervisores, com o objetivo de avaliar e construir alternativas diante do contexto social apresentado no período, o que exigia transformações na organização curricular do curso. Os momentos de reflexão iniciaram em 1996 e perduraram até maio de 1999.

Destaca-se desse processo o Seminário de Estudos sobre a Revisão Curricular em fevereiro de 1998, que resultou na proposta de Alteração Curricular, trazendo algumas mudanças para o ano de 1999, uma ação

estratégica enquanto se aguardava a aprovação definitiva das Diretrizes Curriculares pelo MEC.

Posteriormente, com o amadurecimento dos debates tornou-se indispensável a Reestruturação Curricular, devido ao distanciamento dos conteúdos diante da conjuntura que se apresentava naquele momento, o que inviabilizava o ensino na perspectiva de atendimento das demandas emergentes.

No II Encontro dos Professores do Curso, em fevereiro de 1999, iniciou-se a construção da reestruturação, baseada na Resolução UNESP 45, que dispõe sobre a estrutura curricular de cursos de graduação, bem como a possibilidade de reestruturação curricular.

Essa reestruturação tinha como objetivos

[...] imprimir uma direção à formação profissional pautando-se pela ética como princípio formativo; oferecer rigor teórico, metodológico, histórico no trato da realidade social e do Serviço Social que possibilite o entendimento dos desafios com os quais os profissional se depara no mundo da produção e reprodução da vida; superar a fragmentação dos conteúdos na organização curricular de modo a propiciar uma visão de totalidade em que ensino, pesquisa e extensão, estágio e supervisão sejam indissociáveis. (UNESP, 2000, p. 11).

Observa-se que os objetivos desse novo currículo estão alinhados às Diretrizes Curriculares fomentadas pela categoria profissional, com destaque para o estágio e sua supervisão de forma indissociável.

A estrutura geral do curso apresenta a nova lógica curricular, com seu formato de integração, sistematizado em três núcleos de fundamentação: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Optativas.

Observa-se que o Projeto Pedagógico concebido no curso está alinhado com o que foi preconizado pelas diretrizes curriculares e o intuito de efetivar uma nova lógica curricular com o objetivo de articular os diferentes conhecimentos construídos durante o curso. Ressalta-se o avanço desta nova lógica curricular é a busca de integralizar conteúdos teóricos, instrumentais e o

estágio supervisionado potencializando a mediação entre teoria e prática, com vistas a superação da fragmentação do ensino.

No Parecer CEE 321/2002 de Renovação de Reconhecimento do Curso de Serviço Social, Carmelita Yasbek foi nomeada para a análise do pedido e “Segundo análise da especialista, o projeto pedagógico do curso de Serviço Social está plenamente compatível com as Diretrizes Gerais aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (09/11/1996) e, posteriormente, pelo MEC/SeSu (1999).” (PLACCO, 2002, p.2).

3 - Desvelando a realidade da supervisão de estágio na UNESP

O universo desta pesquisa envolve as questões relacionadas ao processo de formação profissional em Serviço Social da UNESP - Franca, no âmbito do estágio supervisionado e no desenvolvimento da supervisão de estágio. O período de estudo delimitou-se até as duas últimas turmas, para as quais esteve em vigor o Projeto Pedagógico de 2000, correspondentes ao 3º e 4º anos em 2016.

A atividade curricular do estágio supervisionado envolve os sujeitos partícipes de sua realização o supervisor de campo, o supervisor acadêmico e o estagiário, porém sua organização vai além; demanda a articulação do planejamento do curso, no Projeto Político Pedagógico e envolve outras instâncias como, o Conselho de Curso e o Núcleo de Estágio em Serviço Social. Para a aproximação da realidade concreta de como se estrutura a supervisão de estágio na UNESP - Franca foi necessário abordar todos os envolvidos nesta atividade.

O curso de Serviço Social da UNESP é organizado pelo Departamento de Serviço Social da unidade, o qual conta com uma equipe que atua na área administrativa. O conselho de curso é responsável, mais diretamente, pela parte pedagógica do curso, portanto, para esta pesquisa realizamos entrevista com a Coordenadora do Conselho de Curso. Foram convidados a participar da entrevista os sujeitos que estão envolvidos com o planejamento da atividade na instituição de ensino: a coordenadora do NESS, uma estudiosa da temática da instituição de ensino e as supervisoras acadêmicas. A seguir apresentaremos a

caracterização dos sujeitos da pesquisa, cuja identidade será preservada e serão apresentados através de nomes fictícios, a definição dos nomes fictícios se deu por meio de pesquisa em site com os nomes mais utilizados no ano de 2013, ano em que a pesquisadora concluiu a graduação em Serviço Social. Para a compreensão do universo da pesquisa apresentaremos as características das turmas do terceiro e do quarto ano do curso de Serviço Social no ano de 2016.

Quadro 1 – Alunos matriculados no estágio supervisionado em 2016

Relação de alunos matriculados no estágio supervisionado no ano de 2016					
Ano e Período	3º ano Diurno	3º ano Noturno	4º ano Diurno	4º ano Noturno	Total
Nº de Matriculados	43	54	33	37	167
Nº de Mulheres	39	45	29	31	144
Nº de Homens	04	09	04	06	23
Nº de inseridos no Estágio Supervisionado	19	24	19	21	83

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Observa-se um contingente de 167 alunos para a realização do estágio supervisionado, dos quais 49,7% foram inseridos nos campos de estágio conveniados à instituição de ensino no 1º semestre de 2016.

Outro dado que se apresenta é o número de homens no curso de Serviço Social que ainda expressa uma minoria, constatada pela quantidade; dentre eles, apenas sete sujeitos do sexo masculino estão realizando o estágio supervisionado. Observa-se que a profissão é constituída, em sua maioria, por pessoas do sexo feminino e que esse fenômeno está atrelado à identidade atribuída à profissão ao longo de sua constituição.

Atualmente, o NESS possui convênio com 70 campos de estágio, em diferentes áreas de atuação do Assistente Social. Destaca-se ainda que no art.

3º, Parágrafo único da Resolução CFESS n. 533 de 2008 o profissional com carga horária de 30 horas pode supervisionar até três estagiários

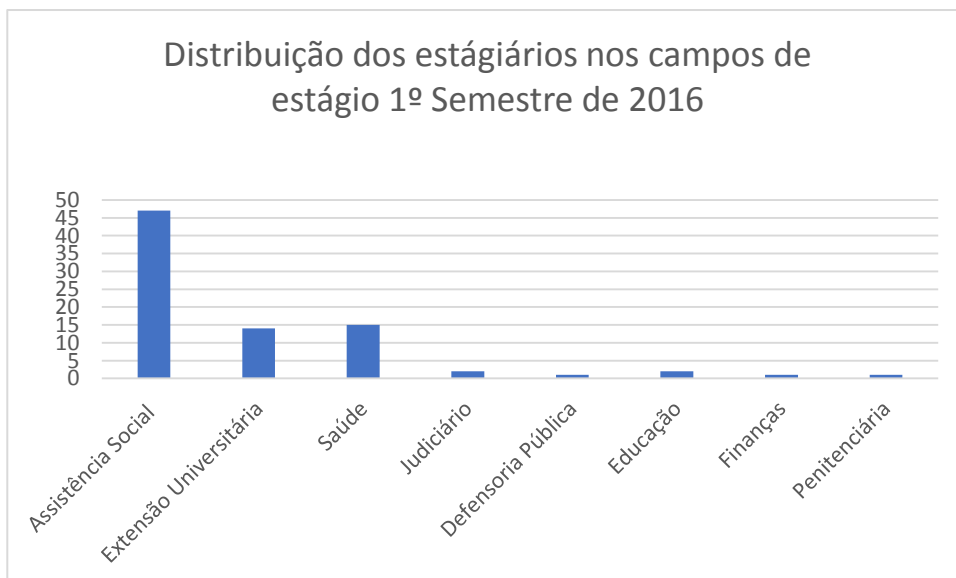
A definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho. (CFESS, 2008).

A uma primeira vista, pode-se pensar que, com o número de campos de estágio, contando com três estagiários em cada campo já seriam suficientes para a demanda por estágio, porém isso não ocorre, pois muitos supervisores trabalham com um número menor de estagiários. Os supervisores de campo definem, juntamente com os responsáveis do estágio supervisionado na instituição de ensino, o número de estagiários que irão receber segundo as suas possibilidades de trabalho, estruturais, materiais e da complexidade dos atendimentos realizados, bem como se apresenta no art. 1º Parágrafo 5º

[...] se o campo de estágio está dentro da área do Serviço Social, se garante as condições necessárias para que o posterior exercício profissional seja desempenhado com qualidade e competência técnica e ética e se as atividades desenvolvidas no campo de estágio correspondem às atribuições e competências específicas previstas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/1993. (CFESS, 2008).

Buscou-se, primeiramente, compreender a totalidade dos estagiários inseridos nos campos de estágio no 1º semestre de 2016. Para tanto, solicitou-se informações junto ao NESS, os dados seguem compilados:

Gráfico 1 – Distribuição dos estagiários nos campos de estágio



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Os dados evidenciam que dos 83 estagiários, 27 estão inseridos na Política de Assistência Social, distribuídos em equipamentos públicos e entidades socioassistenciais, correspondendo a 32,5% do total, caracterizando sua maioria. Em segundo lugar, está a Saúde, com 18%; seguida da Extensão Universitária com 17%. Somando-se os três campos de estágio, totaliza-se 67,5%. Os 32,5% restantes, estão distribuídos entre: o judiciário, a defensoria pública, a educação, as finanças e a penitenciária.

A seleção dos estagiários para a pesquisa foi realizada por amostragem aleatória, por meio da lista de discentes matriculados na disciplina de estágio supervisionado e que estivessem inseridos nos campos de estágio. O número de sujeitos foi definido com o objetivo de contemplar cada turma e os dois períodos de aulas. Para isso estabeleceu-se o número de 5 discentes por período e ano, assim organizados: 5 discentes do terceiro ano diurno e 5 do terceiro ano noturno, totalizando 10 discentes do terceiro ano; 5 discentes do quarto ano diurno e 5 discentes do quarto ano, somando 10 discentes do quarto ano e, no total geral, 20 estagiários. Estipulado o número de estagiários, procuramos os discentes no período de aula, apresentamos os objetivos e os convidamos para participarem 3ºano diurno – 5 os que manifestaram interesse em contribuir com o trabalho foram informados sobre o procedimento da pesquisa e sobre o TCLE.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afere-se que o curso de Serviço Social da UNESP, desde sua criação, apresentou interesse na realização de um estágio de qualidade. Sobretudo após as Diretrizes Curriculares, verificou-se o empenho para a reestruturação do Projeto Pedagógico nos anos 2000 e que, naquela época, oportunizou a reitoria à compreensão da supervisão como prática docente, porém sem sucesso na tentativa de integrá-la à grade curricular como disciplina. Apesar das dificuldades, o corpo docente persistiu nesse percurso que culminou na conquista da disciplina de supervisão no Projeto Pedagógico que se encontra em implantação desde o ano de 2015.

Pode-se inferir que a preocupação com a qualificação do estágio na graduação levou o corpo docente, por meio do Conselho de Curso de Graduação em Serviço Social, à criação do NESS em 2014, potencializando o trabalho articulado entre as duas instâncias do curso a Reestruturação Curricular e a conquista da Supervisão Acadêmica como disciplina na nova grade curricular.

Há que se ressaltar que, com a criação do NESS, identificam-se avanços, (pelos relatos dos sujeitos) tais como: o esforço em efetivar a supervisão acadêmica, mesmo que de forma não adequada segundo os parâmetros da PNE, a aproximação com os campos de estágio, articulação com os supervisores de campo e abertura de novos campos de estágio, bem como o atendimento em espaço de uso exclusivo do núcleo, proporcionando também no âmbito da supervisão acadêmica, infraestrutura adequada para a supervisão individual.

A proximidade da organização do estágio oportunizou também apreender o modo como estavam alocados os estagiários nos campos de estágio no primeiro semestre de 2016. Nessa perspectiva, os dados revelaram que a grande maioria desses estudantes está inserida em instituições dedicadas à política de Assistência Social, seguida daquelas voltadas para a política de Saúde e, em terceiro lugar, aparece o grupo de estagiários que se dedica aos estágios ofertados na Extensão Universitária. Salienta-se que

aproximadamente 49% dos discentes matriculados na disciplina de estágio supervisionado não realizaram essa atividade no primeiro semestre, o que compromete a integralização da carga horária no segundo semestre, pois a carga horária é dividida entre os dois semestres e deve ser realizado concomitantemente ao período letivo.

A pesquisa de campo possibilitou compreender as concepções dos sujeitos com relação à supervisão de estágio e sobre o estágio supervisionado, considerando-os em linhas gerais um acompanhamento do profissional, o seu caráter educativo e a aproximação do contexto social.

Foi abordada também a compreensão dos supervisores de campo quanto à importância do estágio supervisionado na formação do assistente social. Esses profissionais pontuaram ser, essa atividade, um momento extremamente relevante, sem a qual a formação não pode se concretizar por completo. Foi possível apreender a sistematização do estágio no curso que está organizado em Estágio de observação no segundo ano, que consiste na aproximação dos discentes aos campos de estágio, realizando visitas e entrevistas com os profissionais. O estágio supervisionado no terceiro ano com carga horária de 255 horas e, no quarto ano, com 180 horas, caracteriza-se pela inserção do discente no campo de estágio, objetivando sua capacitação nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional com a supervisão de um profissional.

Constatou-se a necessidade de meios efetivos para a capacitação dos profissionais, quanto ao conhecimento das legislações que regulamentam o estágio e a supervisão direta. Tal capacitação deve proporcionar a apropriação dessas regulamentações para a qualificação do estágio supervisionado, papel relacionado à universidade que deve fomentar as discussões com relação à formação profissional. Faz-se necessário construir estratégias para o fortalecimento da relação entre supervisores de campo e supervisores acadêmicos.

Realizou-se aproximação da sistematização da supervisão de campo e acadêmica, proporcionando a apreensão da sua organização no cotidiano institucional. Observa-se que a supervisão direta no campo de estágio, muitas vezes, tem sido relegada, especialmente em casos que a grande demanda de

trabalho do profissional impede os momentos reservados para a supervisão individual.

O espaço da supervisão é o momento em que se oportuniza a suspensão do cotidiano, reservando momentos de reflexão, os quais são fundamentais para a observação e realização às mediações para que o estagiário consiga visualizar a articulação entre os conhecimentos teóricos para a apreensão do movimento da realidade como instrumento teórico-metodológico para a construção criativa de intervenções profissionais, superando a imediatividade apresentada na aparência.

Já a supervisão acadêmica ocorre não oficialmente, pois no currículo estudado, ela não é estruturada como disciplina do curso com carga horária, ela ocorre atualmente uma vez por mês em uma disciplina anual que cede uma aula para que ela se realize. A supervisão acadêmica abrange a articulação com a supervisão de campo que se realiza através de reuniões que têm a periodicidade de duas reuniões por semestre uma no início e a segunda ao final do semestre. Outra atribuição dos supervisores acadêmicos é a realização de visitas às instituições campos de estágio, que ocorrem geralmente quando são identificadas demandas.

Ressalta-se que os docentes com a atribuição da supervisão acadêmica possuem outras prerrogativas como disciplinas, orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso e de trabalhos da Pós-Graduação, bem como atividades relacionadas ao tripé universitário ensino-pesquisa-extensão.

Conclui-se que os principais desafios postos à efetivação da supervisão de estágio estão relacionados à compreensão desta atividade no seu caráter didático-pedagógico. Tal compreensão inclui o compromisso dos sujeitos partícipes do estágio, formando uma tríade, um tripé, que sustenta o pilar do estágio supervisionado, a qual é composta por estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico, de modo que, faltando um elemento desse tripé, compromete-se a realização qualificada do estágio.

Outro desafio para o estágio é o discente na condição de trabalhador, que apresenta dificuldades para a realização do estágio e demanda outra forma de organização, observa-se a insuficiência de recursos para a

permanência estudantil para garantir a esses discentes uma formação de qualidade.

A desvalorização da atividade de estágio é outro fator que precisa ser desmistificado, viabilizando uma nova concepção, trazendo elementos para repensá-lo e ressignificá-lo no âmbito de atividade educativa, em que ocorre o ensino-aprendizagem e a construção da identidade profissional do assistente social.

A pesquisa oportunizou o desvelamento da formação profissional em Serviço Social na universidade pública, permitindo uma aproximação da realidade do estágio supervisionado e de suas implicações para a efetivação da PNE.

Enfatiza-se que este estudo procurou dar visibilidade à construção da supervisão no âmbito do Projeto Político Pedagógico de 2000, impulsionado pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e que, partindo da teoria social crítica, é apenas uma aproximação que oportunizou conhecê-la na hodiernidade, não esgotando a temática abordada e reafirmando a necessidade de novas pesquisas para a efetividade da formação profissional como previsto no Projeto Ético-Político do Serviço Social na defesa da educação pública, laica e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS; CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

_____.; _____. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS: Formação profissional: trajetos e desafios**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

_____. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. In: CRESS 7ª Região. (Org.). **Coletânea de leis e resoluções: assistente social: ética e direitos**. 4. ed. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Estágio, ética e pesquisa: desafios para a formação profissional. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n. 17, p. 99-110, jan./jul. 2009.

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** - ABEPSS. Brasília, DF, 2010.

_____. **Meia formação não garante um direito.** Brasília, DF, 2014.
Disponível em: Acesso em: 27 nov. 2015.

BRASIL. Decreto Federal n. 29.371 de 20 de março de 1951. Autoriza o funcionamento do curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Franca. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1951. Seção 1. p. 4497.

_____. Lei n. 1.889, de 13 de junho de 1953. Dispõe sobre os objetivos do ensino do serviço social, sua estruturação e ainda as prerrogativas dos portadores de diplomas de Assistentes Sociais e Agentes Sociais. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 20 jun. 1953. Disponível em: Acesso em: 3 out. 2015.

_____. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: Acesso em: 3 out. 2015.

_____. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: Acesso em: 3 out. 2015.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **Supervisão em serviço social:** o supervisor, sua relação e seus papéis. 6. ed. São Paulo; Cortez, 2011.

_____. **O estágio supervisionado.** São Paulo: Cortez, 1995.

CFESS. Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 out. 2008. 107. Brasília, DF, 2008. Disponível em: Acesso em: 3 set. 2015.

COSAC, Cláudia Maria Daher. **Trajetória histórica:** origem e desenvolvimento do curso de Serviço Social. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2002.

_____. (Org.). **Projeto Pedagógico:** curso de Serviço Social. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2001.

GOUVÊA, Maria das Graças de. Estágio, supervisão e trabalho profissional. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 65-78, 2008.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Supervisão de estágio: formação, saberes, temporalidades**. Santo André: ESETEC, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social, desafios para formação e exercício profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 15. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em Serviço Social**. 2003. 177f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2003.

_____. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 80, p. 59-81, 2004.

_____. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n. 17, p. 99-110, jan. 2009.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **Processo CEE nº 531/2001**. Renovação de reconhecimento do Curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Unesp. São Paulo, 2002. Disponível em: Acesso em: 13 jul. 2015.

UNESP. **Regimento Geral da UNESP**. São Paulo, 1977. Disponível em: . Acesso em: 28 set. 2015.

_____. **Estatuto da UNESP**. São Paulo, 2008. Disponível em: Acesso em: 28 set. 2015.

_____. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. **Resolução n. 29, de 31 de março de 2000. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2000.

_____. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. **Regimento Interno do Setor de Estágio**. Franca, 2001. Disponível em: Acesso em: 28 set. 2015.